

O trabalho de Paulo Guimarães é, pois, merecedor dos maiores encómios (a despeito de uma revisão tipográfica menos rigorosa). É-o também pela adequada estrutura de apresentação, pela linguagem limpa, pela elegância com que cita as obras de referência histórica mais susceptíveis de permeabilizações ideológicas. Até a dimensão do texto, aparentemente excessiva para um trabalho académico de mestrado, o aproxima de uma tese de doutoramento — que, de resto, o autor está em vias de concluir, ainda e sempre no espaço da região alentejana e no âmbito da história económica e social.

Os mineiros do Alentejo parecem ser agora um tema esgotado por este estudo. Mas, da mesma forma que investigações antigas sobre o operariado deixaram imensas lacunas por preencher e aprofundamentos para realizar, também o presente tema poderá vir a ser retomado noutras perspectivas ou noutras conexões, entre as quais podemos sugerir duas.

Uma primeira diria respeito às ligações económicas da actividade mineira com sectores adjacentes, nomeadamente os transportes ferroviários e marítimos (com o interessante caso do porto do Pomarão para escoar o produto da mina de São Domingos). Em ambos os sectores, a organização do sindicalismo da I República tinha presença assinalável, mas, aparentemente, não terá existido grande cooperação com os sindicatos mineiros. Porquê?

A segunda conexão — esta sobretudo social — convoca, simultaneamente, as articulações entre a

actividade mineira e o trabalho agrícola, por um lado, e as mobilidades e contactos tecidos entre o Alentejo e a Andaluzia vizinha, por outro. São pistas já em tempos levantadas por investigadores como Villaverde Cabral, Pacheco Pereira ou António Ventura, que poderiam constituir novos «filões» a explorar agora com o impulso de várias observações registadas por Paulo Guimarães. Com efeito, quer olhemos para a actividade contrabandista da fronteira, quer para os movimentos migratórios da mão-de-obra agrícola, quer ainda para as «passagens a salto» de militantes e perseguidos políticos e sociais entre os dois territórios nacionais contíguos, parecem existir indícios suficientes que justifiquem pesquisas directamente orientadas para a exploração e aprofundamento destas relações intersectoriais e interfronteiriças.

JOÃO FREIRE

*João de Pina Cabral, **Between China and Europe. Person, Culture and Emotion in Macao**, Londres, Continuum Books, «London School of Economics Monographs on Social Anthropology», 2002.*

Neste livro, João de Pina Cabral conseguiu reunir de forma clara e

convincente várias experiências individuais e distintas correntes internacionais. O seu livro oferece-nos o saber de uma metodologia habilidosa conjugada com um grande avanço por relação ao «orientalismo», cuja superação, há muito avisada, tanto se tem feito esperar.

No terreno da complexidade social, o autor esboça com sagacidade e elegância analítica os paradoxos e ironias da história de Macau. Este exercício põe a descoberto a distância que existe entre o estilo dominante na moda antropológica dos últimos anos, de mero tacteamento e «impressão autorizada», e o conhecimento fundamentado num encadeamento empírico de todo o percurso da problemática estudada. Análises como as que Pina Cabral nos apresenta põem em relevo a superficialidade e insignificância de tantos ensaios de «opinião antropológica» aos quais falta um método para saber «encadear» os fenómenos empíricos.

O livro está composto como uma encruzilhada entre quatro ordens fundamentais: cronológica, narrativa, metonímica e teórica.

No referente à ordem cronológica, Pina Cabral faz-nos ver a importância que têm por igual três tempos históricos. O dos períodos que caracterizam a história económica, política e urbana de Macau. O da memória *à la* Halbwachs, dotada de uma ampla imbricação ideológica, que é de grande eficácia prática em cada presente. E, finalmente, o que o autor denomina «amnésia organizada». Algo que em Macau reveste um

estilo próprio: o esquecimento diplomático, por vezes até violento, do que é embaraçoso ou humilhante. Monumentos e comemorações de envelhecidos alardes coloniais que a pragmática pós-colonial sente necessidade de reprimir.

A ordem narrativa está presente em cada capítulo e vai desde os fenómenos gerais até aos casos concretos ou às histórias pessoais. A graça da etnografia de Pina Cabral está na naturalidade com que se apresenta como história, no duplo sentido da palavra. Quer dizer, tanto enquanto encadeamento, ao nível da análise, como enquanto narração, ao nível do estilo. Já desde o primeiro capítulo, «O Macau bambu», Pina Cabral consegue fazer-nos entrar na sociologia histórica de Macau com amena familiaridade. Assim se destacam os «incidentes», esses eventos que contêm em si a capacidade de explicar as tensões latentes e as expectativas contrafactuais. Porque, numa história em que se destacam o compromisso e o provisório, tudo o que acontece adquire maior sentido em termos do que teria podido ocorrer e, precisamente, não ocorreu. O que aconteceu assume frequentemente o aspecto de pesadelo, tendo em vista o que poderia ter acontecido.

Esta ordem narrativa está frequentemente associada no livro — o que é próprio da sua natureza — com uma série de metonímias sociológicas e culturais. Desta forma, a compreensão do que é a vida humana em Macau ganha muita força expressiva. Contrariamente a tantos outros an-

tropólogos, Pina Cabral consegue assim apresentar-nos uma verdadeira metonímia — e não um simples tópic. Isto é, apresenta-nos algo que é quase um apêndice e que, na verdade, nos revela uma compreensão mais profunda e consequente do «todo». Não estamos aqui perante o tópico usado para resumir a cultura, no género de opinião expressa por simulacro, esse rançoso «padrão cultural» que agora se quer fazer passar por algo mais do que estilo e que na antropologia *after Geertz* é tratado como se fosse metonímia.

Este aspecto parece-me de suma importância: porque desta maneira Pina Cabral consegue expor a teoria por relação à metonímia, em vez de utilizar a «metonímia-tópico» como distanciamento da teoria, segundo a moda vulgarizada na antropologia. A teoria do autor baseia-se precisamente num encadeamento analítico de Macau como fenómeno metonímico. Uma metonímia de todo um mundo que se move *entre a China e a Europa*. Dessa forma, ao relacionar sistematicamente um «incidente» (por exemplo, «A guerra das tríadas») com o valor metonímico de Macau ao nível político e económico, Pina Cabral critica o tópico da marginalidade e excepcionalidade de Macau, estabelecendo, assim, a sua conclusão teórica: «O Estado chinês, tal como qualquer outro sistema, não constitui uma entidade coerente, auto-suficiente e capaz de se corrigir a si mesma. Pelo contrário, o sistema só encontra a sua capacidade para sobreviver (a sua fertilidade,

por assim dizer) num relacionamento com as suas margens. Esta relação consiste em manter uma contradição entre tomar como próprio e logo negar, até à anulação, essa mesma apropriação, de modo recorrente. Com o que a aparente sistematicidade do sistema é posta em questão» (p. 220).

O livro de Pina Cabral possui um estilo etnográfico próprio, dotado de uma força expressiva que nunca despreza a informação e facilita a conceptualização teórica. Uma aposta bem acertada. Os conceitos usados, insisto, não são simples evocações, mas possuem um claro conteúdo teórico. Assim se passa na forma como os «incidentes» (em vários capítulos) são narrados enquanto instâncias particularmente significativas para compreender os dramas sociais de Macau. «O paradoxo do exame» (p. 99) revela-nos o funcionamento da perversão dos valores neoconfucianos da aprendizagem, mediante a sua manutenção enquanto discurso acompanhado da prática da sua corrupção. O conceito de «situações de compatibilidade equívoca» (capítulo v) explica-nos um tipo de duplicidade jurídica e moral: a de um comprador de direitos sobre coisas (um ocidental) que se encontra com um vendedor de direitos sobre pessoas (um chinês). Este capítulo tem uma relevância especial porque aborda uma problemática de largo alcance teórico na antropologia social e na sociologia histórica do direito. Um tema que tem vindo a ser discutido desde Mauss, Davy e Radcliffe-

-Brown e que continua actual na antropologia jurídica contemporânea. Pina Cabral demonstra que o conceito cultural de pessoa é crucial para compreender esta compatibilidade equívoca. Di-lo no sentido de que o conceito chinês de pessoa (p. 120) depende mais de cada situação em que ocorre vontade de vinculação e menos de um tipo de vinculação primordial. Por isso, a pessoa sofrerá os desenraizamentos familiares com maior resignação. A vontade positiva do comprador da nova vinculação acabaria por convencer a pessoa «vendida». Desde logo, esta interpretação explica perfeitamente como é que o não chinês pensa que pode comprar um escravo, enquanto o que o chinês lhe vende é uma importante vinculação.

Mas aqui confesso ter as minhas dúvidas. Por que é que há intermediários, quase ou totalmente anónimos, nesta transferência tão importante de vinculações? Por que é que esse traslado de domínios de vinculação — de alienação difícil — assume condutas mercantis? É verdade que, na resolução do caso exposto, a sentença judicial de um juiz versado em usos e costumes chineses (na ocorrência, Camilo Pessanha) se decide por uma condenação por sequestro, não por pirataria/escravatura. Só que o sequestro equivale à alienação de uma coisa comprada. Quer dizer, a venda em mercado, propriamente dita, não seria admitida para esta transferência chinesa de vinculações. Não poderia dizer-se que os vendedores de direitos sobre pessoas são derivados históricos de doadores de

vinculações pessoais com presunção de irrevogabilidade? De tal forma que o «pagamento» seria uma simples gratificação, como ocorre em numerosas práticas esponsais? Se assim fosse, a evolução chinesa em direcção à «compatibilidade equívoca» parecer-se-ia mais com o «paradoxo do exame» (a corrupção de um valor acompanhada da manutenção do seu discurso). A corrupção teria consistido na transformação mercantil do doador em vendedor, mas mantendo ao mesmo tempo um discurso de direito sobre a pessoa, que seria próprio de um doador moralmente comprometido com a vinculação. Coisa que, no caso do vendedor condenado pelo juiz Pessanha, não parece existir.

Por outro lado, Pina Cabral trata impecavelmente a questão da forma de obtenção de identidades. Fá-lo a partir da dupla perspectiva de que existe liberdade e poder no processo de identificação. Várias reacções «demasiado humanas» são revitalizadas pelo autor. Assim ocorre no referente às identidades macaenses, portuguesas, chinesas, europeias e às interétnicas, em contínuo ou em alternância. Observamos a construção de identidades que querem e não podem, que podem e não querem, que esquecem e que recordam, que sofrem e que se aproveitam. O autor analisa com perceptividade as que «gesticulam, compensando ou identificando-se excessivamente», e as que se precipitam numa «dinâmica do desprezo» para poderem distinguir-se em situações de apuros. Todas nos são apresentadas como estigmas,

como tragédias fatais, que se ocultam e se despertam oportunamente ou se desmoram sem nova oportunidade. As vozes da etnografia de Pina Cabral, na sua paráfrase e interpretação, constituem uma lição magistral de antropologia da identidade.

Outra contribuição teórica que urge mencionar é a reformulação que Pina Cabral faz da hipogamia e hipergamia de etnicidade e de classe em termos de «contextos matrimoniais de produção e de reprodução». Aí interpreta o significado da identidade segundo as próprias experiências de vida, que têm fortes implicações, que uma pessoa arrasta e com as quais arrosta para o resto da sua vida.

Em conjunto, portanto, o livro faz honra ao seu subtítulo. Para a pessoa, a cultura vivida não está isenta de emoção. Para compreender a cultura há que conhecer a resposta emocional que ela produz nas pessoas. E para entender as emoções é necessário ter em conta qual o género de cultura que as pessoas constroem.

IGNASI TERRADAS SABORIT

Luis Nuno Rodrigues, Salazar-Kennedy: a Crise, Uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963, Lisboa, Editorial Notícias, 343 páginas.

1200 As sucessivas crises do regime salazarista entre 1961 e 1962 mar-

cam um dos momentos mais difíceis da sua história, pior ainda, de certa maneira, do que os primeiros tempos da guerra de Espanha ou da segunda guerra mundial, pela convergência das divisões internas, das pressões externas e das crises coloniais, com a invasão do Estado da Índia e a revolta nacionalista angolana.

A crise nas relações bilaterais entre os Estados Unidos e Portugal, cuja fase crítica coincide com a entrada em cena da administração Kennedy, demonstrou ser relevante em todos esses domínios. Desde logo, é impossível destrinçar a viragem na posição oficial norte-americana sobre as colónias portuguesas da tentativa — falhada — de golpe de Estado da hierarquia militar em Abril de 1961. Por outro lado, ambas são inseparáveis da revolta angolana, apoiada por aliados africanos dos Estados Unidos, que seria impensável sem uma evolução na sua estratégia, resultante da percepção de uma multiplicação de crises internacionais contra os interesses norte-americanos: «the tide of events has been running out and time has not been our friend», nas palavras do discurso inaugural do novo presidente. Nesse contexto, a competição bipolar com a União Soviética exigia uma ruptura aberta com os colonialismos europeus para tentar impedir uma aliança entre o movimento comunista e os nacionalismos emergentes. Kennedy disse-o com a maior clareza: «Our view of the world crisis is that countries are entitled to national sovereignty and independence.» Esse corte não impli-